

A CIDADE: TERRITÓRIOS, LINGUAGENS, IDENTIDADES

Maria Emília Ricardo Marques *

1. Imaginemo-nos a representar o mundo europeu como um conjunto de centros urbanos, “megalopolis”, centros ligados por auto-estradas e por redes de informação. Vejam-se as primeiras percorridas por migrações (internas/externas), migrações marcadas por línguas e culturas diversas. Assim, na era da mundialização e do que designam por reurbanização, o fosso mundo rural – mundo urbano, ou norte e sul, parece deixar de fazer sentido, além de que, entre ambos, se instalou, hoje, constante movimento dialéctico.

Estas palavras têm raízes num Relatório da ONU. Mais precisamente da Comissão para a População e para o Desenvolvimento. Segundo este texto, dentro de dois anos exactamente, metade dos 6,5 mil milhões de habitantes do planeta viverá em cidades. Mesmo assim, hoje, 3,2 mil milhões residem já em espaços urbanos, havendo 20 cidades com 10 milhões de habitantes, ou mais, e sendo Tóquio a metrópole mais populosa, com 35,3 milhões de pessoas.

Eis como a cidade “se dresse à l’horizon de notre histoire immédiate comme un inévitable destin” (Calvet 1994: 10). A cidade torna-se, por isso, materialização física dos desejos de cada um, sejam eles dinheiro, trabalho, contactos sociais, tempos livres, cultura, ... – uma cidade governada por factores económicos, sociais, políticos.

As mais variadas línguas e culturas têm nela um papel social, porque faladas por locutores cultural e socialmente diferenciados, porque sendo elas próprias reguladas por dois tipos de estruturações sociais urbanas: as de origem e as de acolhimento. Abre-se assim caminho para um plurilinguismo social, objecto de estudo na sociolinguística urbana, que, hoje, segue duas orientações dominantes: o estudo das representações linguísticas – com o conseqüente retorno à psicologia social – e o de certos fenómenos linguísticos em meio urbano: variação, distribuição das diversas línguas – e as transformações que nestas se operam –, transmissão, veicularização. Segundo Calvet (1994, 2000), as cidades não só inspiram pluri-linguismo, como expiram, ou monolingüismo, ou formas veiculares, para além de redistribuírem as variantes regionais trazidas pelos migrantes, tal como as diversas variantes sociais.

* Universidade Aberta.

Trata-se de fenômenos em estudo, pela articulação de dados microlinguísticos com o contexto macrolinguístico de inserção.

Retomando o efeito “cidade”, vemos que conduz ainda a outros “modes de structuration des parlars urbains, [...à des] changements [qui] peuvent aboutir à la dialectalisation ou à la créolisation des langues.” (G. Manessy 1992, Calvet 2000).

O campo das representações linguísticas e da sua verbalização pelos diferentes grupos sociais é objecto de estudo, não só através dos territórios em que aquelas se enraízam, como da sua verbalização em termos de identidade urbana (Bulot e Tsekos 1999).

E o que o linguista se propõe fazer, ele que não pode “se passer d’une théorie sociologique de la ville” – ver os trabalhos da Escola de Chicago –, é tentar captar “les dimensions langagières de la ville” (*id.*) em situações tipicamente urbanas. Caracterizando-as, surgem designações como,

- por um lado,
 - “jeunes urbains” ou “parlers urbains” (Trimaille e Billiez 2000)
 - “poésie musicale urbaine” (Billiez 1997)
 - “répertoires urbains” (Boutet e Deprez 2000)
 - “styles sociaux urbains” (Jablonka 2001)
 - “langue urbaine” e “urbanisation linguistique” (Bulot e Tsekos 1999)
- por outro, sobretudo nos média, e para além dos termos citados,
 - “urban jungle”
 - “prêt-à-porter urbain”, “urban wear”
 - violência e guerrilhas urbanas.

E, se as dimensões verbais são difíceis de recolher e de estudar, as dimensões físicas da cidade são ainda mais difíceis de estabelecer. No entanto, umas e outras são fundamentais, se visamos, como fim último, implantar formas futuras de coabitação entre falantes de uma grande heterogeneidade de línguas, seja o modelo, o do “melting pot” ou o do “salad bowl” ou outro qualquer.

2. Destaque-se ainda uma outra tendência investigativa, a que se debruça, particularmente, sobre os jovens das periferias fluidas de qualquer “megalopolis” e sobre aquilo que produzem, seja “graffiti”, rap,... ou insultos, sejam subculturas urbanas ou fenômenos de segregação, de gueto.

Para lá de uma homogeneidade aparente, desenham-se, nesses arredores, e porque contextos socio-historicamente marcados, para além da diversidade das culturas de origem, outras culturas decorrentes de estádios de urbanização diferenciados.

Nestes “laboratórios sociais” (Park), co-existem, por conseguinte, culturas múltiplas:

- culturas de origem em que se enraízam identidade, redes socioeconómicas que tranquilizam, nichos familiares ou amicais, com raízes na localidade de partida, venha-se em migração externa ou interna;
- culturas de acolhimento, a do poder político, económico social e cultural, e até a popular e a veiculada pelos média, ...;
- cultura de interstícios, de que falaremos mais tarde.

Ora, o futuro linguístico, quer destas periferias, quer da própria cidade, depende, em grande parte, dos fenómenos culturais já referidos e do processo de desenvolvimento de cada cidade. Neste desenvolvimento, devemos observar as fases seguintes, afinal, as de uma cidade em devir:

- A.** Crescimento, do centro para a periferia, acentuando o papel, quer da segregação residencial, quer da relação entre o bairro e os seus habitantes (marcar étnicas e/ou de *status*-económico, social, ...);
- B.** Crescimento máximo, a que corresponde um certo enraizamento do plurilinguismo e a emergência de um uso veicular – os usos minoritários decrescem – uso veicular que se tenta manter;
- C.** Substituição, fase em que os imigrantes substituem, em certos bairros, ou a população autóctone, ou mesmo a provinciana (migração interna);
- D.** Estabilização: nesta fase, certas particularidades, linguísticas e culturais, surgem no âmago da procura identitária.

3. A sociolinguística urbana tem, por isso, a cidade, uma cidade qualquer, como objecto único de estudo. Escolha-se Paris, como base para algumas reflexões, como exemplo – tipo. Será assim objecto de discurso e objecto de reflexão, tanto linguística, como semiológica.

A cidade interessa ao linguista, e, neste caso, ao sociolinguista urbano, entre outros motivos, porque preenhe de frequentes e densos fluxos migratórios (internos e externos), com particular relevo, aqui, para os que reflectem marcas francófonas e para “ces réfugiés [qui] sont partout [...], chassés de leur maison, vivant dehors”¹.

¹ *Le Nouvel Observateur*. (1990), 11-22.

A cidade estimula também o semiólogo interessado pela paisagem visual – ver o filme “Lire la Ville” (Francês IV) ou o estudo de J. P. Santot e V. Lucci “Lire l’espace urbain: les paradoxes des enseignes commerciales”², estudo baseado no princípio de que, na cidade, há textos escritos (ex. “outdoors”), textos destinados a serem vistos/lidos por observadores em movimento.

Era R. Barthes que afirmava que a frase em contexto, no discurso, constituía a melhor ferramenta para o estudo de uma cidade: “Nous retrouvons ici la vieille intuition de Victor Hugo: la ville est une écriture; celui qui se déplace dans la ville [...] est une sorte de lecteur qui, selon ses obligations ou ces déplacements, prélève des fragments de l’énoncé pour les actualiser en secret. Quand nous nous déplaçons dans la ville, nous sommes tous dans la situation du lecteur des *Dix millions de poèmes* de Queneau [...]”³.

Eis a cidade erigida em fascinante objecto de leitura: em superfície – na horizontal, centro e periferias; ou nos estratos, nas várias camadas que a constituem. E Hugo apresenta o calão do *Temple* ou das *barrières*, dialectos, sociolectos, até etimologias, mesmo se, por vezes, fantasistas. V. Hugo visava já o que hoje é objecto da sociologia urbana: “saisir la ville par ses langues” ou “par ses argots”, como dizem outros.

E, seja qual for a cidade, aparecem diversas línguas dominantes. Exemplos:

- Turco, em Berlim ou Munique
- Grego e Chinês em Londres
- Português “lusófono”, línguas do Leste em Lisboa e em quase toda a Europa, aliás
- Árabe e Chinês, em Paris.

Assim, os espaços sociais urbanos europeus, base de categorização social e de segregação, surgem marcados, entre outros, pelos seguintes factores:

- a dimensão glotopolítica das cidades
- a verbalização das identidades e das fracturas urbanas
- a mobilidade linguística, a dinâmica dos territórios.

A urbanização europeia é portanto encarada como conjunto de processos que conduzem, sobretudo, à territorialização dos espaços, logo de práticas e de

² In Branca-Rosoff e Leimdorfer. (2001), p. 35.

³ Barthes, R. (1967), “Sémiologie et urbanisme”, in *L’Aventure Sémiologique*. Col. Points-Essais. Paris, Seuil. 1985, p. 268.

representações linguísticas. Ela conduz também à individuação de certas variedades, à modificação de algumas das suas funções e, em consequência, de certas formas.

Seja como for, a cidade assume papel motor na dinâmica das línguas, a nível, quer de *status*, quer de *corpora*, sendo vector determinante na variação linguística e na distribuição das línguas, mesmo havendo um USO dominante.

No entanto, qualquer uma das cidades atrás referidas surge como

- factor de unificação linguística e de integração, dada a necessidade de comunicar; daí que, mesmo quando a língua local é dominante, surjam, tantas vezes, tipos vários de *pidgin* veicular;
- espaço aberto a conflitos linguísticos, que tanto podem ocorrer em mercados, como em zonas de diversão. São, por conseguinte, conflitos despoletados a vários níveis:
 - o FAMILIA, onde se transmite língua, cultura, religião
 - o ASSOCIAÇÕES
 - o ESCOLAS
 - o BAIRROS
 - o

Isto, porque a cidade é marcada por forças, tanto centrípetas, como centrífugas, forças, por vezes, extremamente violentas;

- espaço de *línguas em contacto*, e até de *mestiçagem linguística*, inclusive com falares linguísticos específicos (cf. o *verlan*, forma de calão em que se invertem as sílabas no interior de um vocábulo, o que por vezes leva a elisões; o “*argot parigot*”; o “*jargon des banlieues*”; um “*langage jeune branché*” decorrente de três tendências básicas: *verlan verlanisé*, anglicismos, modismos – papel, nestes, da economia verbal;...), falares, o mais das vezes com funções crípticas, identitárias, ou mesmo lúdicas. Acentue-se, pela sua importância, a função identitária, sobretudo, no caso de imigrantes e no dos respectivos descendentes.

Enfatizamos, por conseguinte, a importância de uma *sociolinguística urbana*, ou seja, de uma ciência da linguagem que, de modo específico, aborda determinados tipos de produção verbal.

4. Falar de sociolinguística urbana é aceitar, conseqüentemente, uma “geografia social”, a existência de territórios próprios aos diferentes actores sociais, territórios

construídos por populações que procuram raízes. São espaços produzidos, apreendidos, representados, vividos, logo sociais.

O território surge assim com uma dupla dimensão:

- por um lado, material e geográfica, marcada por factores espaciais;
- por outro, de conteúdo ideológico, conteúdo que demarca factos sociais e políticos.

Do território decorre o chamado “efeito de lugar”, que resulta das representações que fazemos de determinado território, representações que podem ser inferidas das práticas sociais.

Evidencie-se ainda a conotação negativa de algumas representações territoriais produzidas pelo “efeito de lugar”, no caso, quer dos “H. L. M.”, quer dos “bidonvilles”, por exemplo, embora também tais conotações sejam, naturalmente, função de situações de enunciação, de contextos discursivos e das posições dos locutores (interna, externa, limítrofe).

Teremos, portanto, “un va-et-vient constant entre la matérialité des lieux, les catégories linguistiques qui la symbolisent et les interprétations possibles de ces marques linguistiques. C’est mettre en relation des catégories de pensée, de langue et de société”⁴.

Apontem-se, enfim, os termos que qualificam, valorizando (“les beaux quartiers”), ou estigmatizando – “un quartier populaire où les parisiens s’aventurent peu sans nécessité”⁵. Há ainda mais designações deste tipo, como “defavorisés, sensibles, difficiles”. Parece-nos, portanto, delinear-se uma representação binária, quase diria dicotómica, das várias zonas da cidade e das formas lexicais que as designam.

Encontramo-nos, aqui, ante categorias do urbano, categorias redutíveis a duas:

- designativas do todo (cidade, capital,...)
- designativas de partes (zona, bairro,...).

Lembre-se que, para ser nomeado, qualquer lugar tem, primeiro, de ser apreendido como entidade.

Começemos, pois, por atentar no vocábulo *cidade*, opondo-o a “ar” ou a “espaço”. Por um lado, temos, o centro histórico: “la ville fermée, repliée sur elle-même [...] et

⁴ Branca, Rosoft e Leimdorfer. (2001), p. 5.

⁵ *Idem*.

sans soleil, [la ville qui] est périmée”. Por outro, e porque “il faut aux habitants et aux nouvelles générations les grands espaces⁶”, temos a dissolução da cidade “magma urbain” (P. Bandet), o urbano com vazios, com pólos centrípetos, com vários eixos (Norte-Sul, Este-Oeste) e com zonas circundantes: dispersas – por exemplo, as ZUP “(1958) – “Zones à urbaniser en priorité”.

A teia urbana assume assim lugar de relevo, até no delimitar de zonas de habitação.

Aprofunde-se um pouco mais a questão. Falar em “la zone” leva-nos aos “H. L. M.”, às torres de cimento, onde, outrora, existiam casebres ou “bidonvilles”.

Se consultarmos o *Larousse*, lemos “La zone: autrefois, zone militaire qui s’étendait du côté des anciennes fortifications de Paris, où aucune construction ne devait être édifiée (zone *non aedificandi*) et occupée illégalement par des constructions légères et misérables; aujourd’hui, espace à la limite d’une ville, caractérisé par la misère de son habitat”.

Miséria e forte concentração de gentes, eis o que marca esses prédios colectivos com rendas limitadas, compactados em “cités” – exemplos: “la cité des 4.000” na Courneuve, o “Grand L” em Anthony.

Foram construídos por mão-de-obra barata, estrangeira (portuguesa, espanhola, italiana, magrebina, negra, mais tarde). E, nesses mesmos prédios, muitos ficariam a morar. Pelas suas origens étnicas, culturais e religiosas, integrar-se-iam mal na sociedade francesa. Daí que, para tantos, a zona se tenha tornado sinónimo de gueto, de violência, de jovens incultos, rudes e agressivos, de rap, de imigração. Comunicam numa linguagem marcada por calão, pelo “verlan”, por uma grande variedade de dialectos (europeus, africanos, das Antilhas, ...). E tentam inventar uma cultura, de que é exemplo o rap francês que se distancia do hip-hop americano, mas que continua a manter o ritmo da cidade-dormitório, do lugar de todos os vícios, de um território “coupe-gorge”, eivado de crimes e de violência. São estas as estereotípias habituais.

Tais espaços são, contudo, e também, lugares de rotinas, rotinas a partir das quais cada um constitui o seu próprio território e constrói uma identidade, dado que esses territórios acabam por ser espaços de formação social. Marcam-nos duas componentes:

- uma, é infraestrutural: geográfica, económica
- outra, superestrutural: valores ideológico-culturais, poderes que aí se cruzam.

6 J. Niermans, *Papiers*, citado em *Mots* 72. (2003), p. 18.

Examinemo-las.

A componente geográfica constrói-se a partir de práticas, mas também de mapas e de paisagens, da conscientização do que nos rodeia.

No campo económico, recorde-se que a organização espacial da produção se articula com processos de territorialização – ver zonas industriais e antigos bairros operários.

Quanto aos valores ideológicos e culturais, estes, enraízam-se em certas representações mentais partilhadas: conceitos, imagens, qualidades, símbolos, mitos. Tudo isto contribui para o surto de uma ideologia territorial em relação estreita com instâncias políticas e sindicais.

O poder, enfim, marca, como sempre, construções territoriais – exemplifiquemos citando,

1. por um lado, a segregação espacial sul africana, com origem sócio- política e não decorrente de uma lógica socioeconómica;
2. por outro, o estado-nação consubstanciado num território, espaço sob controlo do poder estatal, elemento base da identidade nacional.

Aqui, trata-se de um conceito corroído, hoje, em termos étnicos e também por processos de transnacionalização que, para além de alargarem espaços, angustiam – recordemos a imagem inicial.

5. Ora os homens precisam de raízes, de elos de proximidade, de universos relacionais. Recorde-se que um território resulta de um movimento duplo:

- socialização do espaço
- espacialização do social.

E é aí, no território, que se desenvolvem sociolectos com funções gregárias/identitárias, enraizados num sistema duplo, com origem no próprio território ou em trama relacional de base afectiva (família, amigos, conhecidos).

Detectam-se, nele, marcas decorrentes de

- perturbação nas modalidades tradicionais de comunicação;
- mudança das atitudes linguísticas;
- desaparecimento dos modelos vigentes nas localidades de origem – perda da linguagem vernácula e dos laços gregários;

- início, para os que chegam de novo, da aquisição de um outro uso veicular, aquisição baseada numa imitação que tem como finalidade mostrar integração no novo contexto.

Tais códigos urbanos surgem marcados, sobretudo, por um *processo de simplificação* enraizado num devir sociocultural de centração no indivíduo, inserido em universo, predominantemente, socioprofissional. Daí o domínio da função referencial, de um código neutro (independente de restrições contextuais), objectivo, denotativo.

Ce qu'ont, en commun, les conditions d'emploi des variétés urbaines véhiculaires, et qui prédispose ces dernières à l'emploi urbain, c'est ce double caractère de neutralité et d'objectivité.

La langue se trouve limitée, dans nombre de ces usages courants, au rôle d'instrument de communication référentielle et les processus [...] décrits ont tous pour effet de lui assurer une efficacité optimale dans l'exercice de cette fonction ⁷.

Eis-nos, de novo, ante a oposição região-localidade, ou seja, cidade (no sentido de “grande cidade”) – bairro. A dinâmica entre estes espaços abarca modalidades de comunicação, escolha da língua, alternância de códigos.

No entanto, a um nível, quer macro, quer micro, pode surgir um certo *desequilíbrio psicológico*, pelo facto de o sujeito migrante usar muito pouco as línguas a que, afectivamente, está ligado e, sobretudo, a sua língua identitária.

A alternância entre língua minoritária (meio restrito) e língua maioritária (ou seja *we code vs. they code* ⁸) pode levar à reformulação do “*we code*”, reformulação construída sobre “*they code*”, mas de molde a dele se diferenciar.

Tal fenómeno acontece, sobretudo, entre os não-adultos, que tentam, por vezes inconscientemente, reforçar a coesão de um grupo. O código criado tem, por isso, a função, “tout à la fois, d'inclure et d'exclure”⁹. Surge assim como “parler véhiculaire interéthnique”¹⁰, falar identitário, que tanto se diferencia do veicular standard (L₂), como das formas veiculares usadas em casa (L₁),

⁷ Didier Erudition. P. 17. VER Calvet, L.-J. (1994), *Les voix de la ville. Introduction à la sociolinguistique Urbaine*. Paris: Payot.

⁸ Gumperz, J. Manessy e I. Gabriel (1992), “Modes de structuration des parlers urbains”, in *Des villes et des langues, Actes du Colloque de Dakar*. Paris, 1982. *Discourse Strategies*, Cambridge (Mass.) C. P. U., p. 66.

⁹ Billiez, J. (1992), “Le parler véhiculaire de groupes d'adolescents en milieu urbain”. in *Des villes et des langues, Actes du Colloque de Dakar*. Paris, Didier Erudition, pp. 123-4.

¹⁰ *Ibidem*.

Acontece ainda que estes falantes, que o constroem e o usam, são maioritariamente jovens, marcados pelo insucesso escolar, pouco integrados socialmente e em risco de anomia.

Usam um código caracterizado por fontes lexicais diversas; por sistemas específicos de afixação e de transformações, por vezes metafóricas; pelo particularismo de certas marcas fonéticas (ex. velocidade na dicção, ritmo frásico ...). É que não falar como os outros é ser diferente deles, e falar como os seus pares é confirmar, não só elos de solidariedade e de pertença, como uma *identidade social*.

Todos sabemos que há muitos outros grupos que o fazem: recorde-se, entre nós, a peça “*As Barbies*” ou o falar das “tias”.

Acontece ainda que, às vezes, o mesmo fenómeno ocorre por vontade de *hipercorreção* – em presença de uma forma que já não sentem composta, por exemplo, acrescentam-lhe um prefixo, a partir de regras de aproximação.

Nota-se, assim, numa situação de diglossia (coexistência de dois sistemas linguísticos aparentados geneticamente) e, em todo o processo, um separatismo linguístico que parte de uma variante que recusam e de que se querem demarcar, para uma variante considerada “cultura” e de que foi feita uma representação mental idealizada, construída no, e pelo, grupo de pertença.

A coesão de tais grupos assegura a coesão do sociolecto, ou de um dialecto urbano etário, diferente dos outros usos (veicular incluído), em função da distância¹¹ (espacial, social, cultural...) que se quer criar entre EU/NÓS – TU/VÓS, O (-S) OUTRO(S).

Para caracterizar tais dialectos urbanos, partamos das hipóteses de Robert E. Park¹². Deixemos de lado o grupo “FAMÍLIA”, embora primeiro nível de organização social, onde a criança passa da língua de origem (1.^a Geração) à mistura de línguas e à língua estrangeira – quando do nascimento, já se é estrangeiro.

Assim, seguindo Park, pomos a hipótese de uma estrutura social, na comunidade imigrada, estar marcada por três tipos de associação e por três princípios organizadores.

¹¹ Reveja-se a teoria socioenunciativa.

¹² 1952. Trad. Fr. “La ville, phénomène naturel et la ville, laboratoire social”, in Grafmeyer e Joseph, (eds.), *L'école de Chicago, naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Aubier, 1990.

Trois Types d'Association ¹³			
TROIS PRINCIPES ORGANISATEURS	TERRITORIAL	ECONOMIQUE	CULTUREL
	Mobilité	Concurrence	Communication
	Ascendente (C)	(B)	(A)

Atente-se em comunicação cultural (A), que também definiremos “*comme un processus psychosocial qui permet à un individu d’adopter [...] les attitudes et le point de vue d’un autre*”¹⁴.

A comunicação cultural e a concorrência económica abrem processos sociais que asseguram, e mantêm, a continuidade da comunidade urbana como unidade orgânica e funcional.

Entre A e B, encontra-se, ainda segundo Park, uma “*solidarité contrainte*”, tanto quanto uma consciência acrescida dos símbolos nacionais de origem – vemo-la na preferência pelos produtos originários, quer do país, quer da região de onde provêm, preferência que é função de representação simbólica de uma identidade distinta, ante a qual se ergue um território marcado por mobilidade ascendente.

6. É neste meio que se desenvolve uma *cultura de interstício*. Assim, entre os pólos veicular gregário/identitário, situa-se o caso dos jovens, em grupos ou gangs, muitas vezes delinquentes¹⁵, que estão na origem da já referida CULTURA DE INTERSTÍCIOS, cultura desenvolvida naquelas zonas citadinas que medeiam entre o centro dos negócios (abandonado, vazio à noite) e os bairros das classes médias.

Para os autores americanos atrás referidos, 60% desses grupos têm origem étnica. E, no entanto, o que tais jovens procuram é criar uma sociedade em que se integrem/ que os integre. Isto, dada a falta de resposta política, social e cultural, adequada às suas necessidades.

Daí a importância de ações como a de CASI-UO, Bruxelas, ou as de um projecto incompleto, “Transculturais” (Universidade Aberta), ações que visavam ultrapassar

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Ver, na escola de Chicago, as obras de Maurice Halbachs e Frederic Trasher, por exemplo.

barreiras geográficas, económicas, políticas, sociais e culturais; que visavam criar espaços de passagem, de transformação e de integração, que pretendiam criar espaços de convívio, em que jovens, entre duas ou mais línguas, duas ou mais culturas, duas ou mais sociedades, encontrassem, tanto formas de integração, como espaços de reivindicação. Nestes, a procura de uma identidade pode ter lugar. E são múltiplas as vias abertas: teatro, música, pintura, espaço para a palavra, espaço para o diálogo.

Atentemos, pois, no que nos circunda; recolham-se e estudem-se acções diversas em meios variados (família, grupo – escuteiros incluídos, escola; associações...). Veja-se o que permite aceder a uma pluralidade de situações, a uma interacção eficaz de grupos e de indivíduos, à interacção dos que se demarcam de um todo social de que, *a priori*, se sentem excluídos.

A *sociolinguística urbana*, com os seus *estudos de terreno*, ajudar-nos-á a ver melhor o problema e, talvez, a encontrar uma, ou outra, resposta.

Para isso contribuirá o conscientizarmos a cidade como *espaço cultural* em si, espaço que raia o mítico – Dublin, de James Joyce; Oram, de Camus; Berlim, de G. Grass; Paris dos “Tableaux parisiens” de Baudelaire ou... de Zazie (R. Queneau).

Por vezes, um espaço citadino estuda-se, contrastando-o com outro. Veja-se, por exemplo, “La modification” de Butor, em que a emergência do narrador, como sujeito da enunciação, tem, na raiz, uma relação específica: Paris-Roma.

A cidade irá, assim, na base de vários géneros discursivos, suscitar, quer uma mitologia urbana e o romance negro, que enfatizam determinada matriz de comportamentos sociais e de histórias de vida; quer uma dialéctica, ou entre espaços urbanos (Paris-Roma, em Butor), ou entre urbano e rural (Flaubert – *Mme Bovary*).

Também no cinema e na canção, a cidade, Paris, neste caso, surge em imagens descritivas que ficam para sempre, trate-se de *Hôtel du Nord*, *A travers Paris*, *Moulin Rouge*, *French-Cancon* ou *Le Dernier Métro*.

7. Abre-se assim, na cidade, um espaço semiológico, já atrás referido, também ele marcado por línguas, palavras e grafias urbanas. É que a cidade surge eivada de falares (calão, gíria, dialectos, sociolectos, as linguagens dos jovens, ...), e reforço o já dito, lembrando serem estas caracterizadas, em geral, pela originalidade do léxico, pela criatividade morfo-sintáctica, por múltiplas particularidades fonéticas. É um falar que se constrói como identitário, tipo de “code-switching”, mesmo se o discurso adulto continua a guardar um poder próprio.

A cidade surge ainda como um espaço em que se multiplicam, e se sobrepõem, grafismos de todos os tipos e que, de certa maneira, também estruturam uma paisagem urbana: em que os nomes das ruas funcionam como medidor social e histórico: *Rue des Ecoles, Place de la Sorbonne, Place de la Concorde, les Halles, Av. Du Temple, Pont des Arts, Ile de la Cité, Place de la Concorde...*

A cidade engendra, enfim, uma semiologia social em espaço onde a opinião pública se fragmenta.

Imagens, representações mentais, tudo se reflecte em léxico marcadamente urbano. E o vocabulário da cidade torna-se domínio lexical importante, onde ecoa a relação entre percepção e expressão de um espaço situado, contextualizado, marcado por uma espessura histórica. Ora, esse espaço é factor de aculturação, até porque factor de evolução, de modificação e de desaparecimento de certos indícios sociais e sociolectais considerados marcas do urbano.

A cidade e o seu imaginário, a sua história, o seu quotidiano... são algumas das problemáticas que têm na base questões levantadas pelo lugar do homem em espaços que ele próprio construiu.

São questões que ficam em aberto, até porque cremos que, para lhes responder, necessitaríamos de uma semiologia da cidade, ou seja, de algo a integrar numa antropologia da modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Geral

BRANCA-ROSOFF, S. e LEIMDORFER, F. (apres.). (2001): *Langage et Société. Espaces urbains: analyses lexicales et discursives.*

Les langages de la ville. (2002): XXIII Colóquio de Albi “Langages et significations”, organizado pelo CALS e pelo CPST de Toulouse-le-Mirail. Albi, Centre Saint-Amarand.

TOPALOV, C. (direct.). (2002): *Les divisions de la ville.* Coll. *Les mots de la ville.* Paris: Unesco – Maison des Sciences de l’Homme.

HAZAN, E. (2002): *L’invention de Paris. Il n’y a pas de pas perdus.* Paris: Seuil.

Le Nouvel Observateur. (1990): 11-22.

BARTHES, R. (1967): *Sémiologie et Urbanisme*. Coll. Points-Essais. Paris: Seuil 1985.

RATOUIS, O. e DESMARCHELIER, A. (coord.). (2003): *Mots – les langages du politique* 72. La ville, entre le dire et le faire.

2. Semântica Urbana (*)

ABÉLÉS, M. (coord.). (1999): “Les mots des institutions”. *Ethnologie française*, t. 39, n.º 4, pp. 501-680.

ALAVOINE, S. (1996): “Les mots des géographes (1907, 1970, 1992). Lecture croisée à propos de la lettre A”. *L'espace géographique*, n.º 3, pp. 233-244.

AMORIM, M. (dir.). (2002): *Images et discours sur la banlieue*. Paris: Obvies-Érès.

BARBERIS, J.-M. (éd.). (1994): *La ville. Arts de faire, manières de dire*. Montpellier, Langue et praxis.

BERDOULA, Y. V. (1988): *Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique*. Paris: CNRS.

BORILLO, A. (1998): *L'espace et son expression en français*. Paris: Ophrys.

BOUDON, P. (éd.). (1999): *Langages singuliers et partagés de l'urbain. Actes de la journée l'Ouest*. Paris: L'Harmattan.

BRANCA-ROSOFF, S. e LEIMDORFER, F. (prés.). (2001): “Espaces urbains: analyses lexicales et discursives”. *Langage et société*, n.º 96.

BRUNET, R., FERRAS, R. e THÉRY, H. (1993): *Les mots de la géographie. Dictionnaire critique*. Paris: Reclus – Documentation française.

CALVET, L.-J. (1994): *Les voix de la ville: introduction à la socio-linguistique urbaine*. Paris: Payot.

CAMUS, C. (1996): *Lecture sociologique de l'architecture décrite, comment bâtir avec des mots?* Paris: L'Harmattan.

CERTEAU, M. de (1980): *L'invention du quotidien*. Vol. I. *Arts de faire*. Paris: UGE 10-18.

CHOAY, F. (1980): *La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Le Seuil.

- DEPAULE, J.-C. e TOPALOV, C. (1996): "La ville à travers ses mots". *Enquête*, n.° 4, Paris: Parenthèses, pp. 247-266.
- Des langues et des villes, Colloque de Dakar, du 15-17 décembre 1990.* (1993): Agence de la coopération culturelle et technique. Paris: Didier Érudition.
- Dictionnaire multilingue de l'aménagement du territoire et du développement local.* (1997). Paris: Maison du dictionnaire.
- DULONG, R. e PAPERMAN, P. (1992): *La réputation des cités HLM: essai sur le langage de l'insécurité.* Paris: L'Harmattan.
- Genèses.* (1998): Dossier "Les mots de la ville", n.° 33, pp. 2-106.
- _____. (2003): Dossier "Les mots de la ville – 2", n.° 51, pp. 2-91.
- ION, J., MICOUD, A., PERONI, M. et al. (1989): *Métropoliser la ville: étude exploratoire sur quelques transformations récentes des façons de dire l'urbain.* CRESAL, Commissariat général au Plan.
- LUCCI, V. et al. (1998): *Des écrits dans la ville. Sociolinguistique d'écrits urbains: l'exemple de Grenoble.* Paris: L'Harmattan.
- LUSSAULT, M. (1993): *Tours: images de la ville et politique urbaine.* Tours, Maison des sciences de la ville.
- _____. (1996): "L'espace pris aux mots". *Le débat*, n.° 92, pp. 99-110.
- MARCONOT, J.-M. (1988): *La ZUP de Nîmes. Son mode de vie, son langage.* Montpellier, Université Paul Valéry.
- MARIÉ, M. (1982): *Un territoire sans nom. Pour une approche des sociétés locales.* Paris: Méridiens.
- MARIN, L. (1973): *Utopiques: jeux d'espaces.* Paris: Minuit.
- MERLIN, P. e CHOAY, F. (dir.). (1988): *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.* Paris: Presses universitaires de France.
- MILO, D. (1986): "Le nom des rues", dans P. Nora, *Les lieux de mémoire. La Nation.* Paris: Gallimard, pp. 283-315.
- MOLLET, A. (dir.). (1981): *Quand les habitants prennent la parole. Bilan thématique.* Plan construction.

- MONDADA, L. (2000): *Décrire la ville. La construction du savoir urbain dans l'interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos.
- RAYMOND, H. (2001): *Paroles d'habitants: une méthode d'analyse*. Paris: L'Harmattan.
- RIVIÈRE D'ARC, H. (dir.). (2002): *Nommer les nouveaux territoires urbains*. Paris: Unesco/ Maison des Sciences de l'Homme.
- SEGAUD, M. (1999): "Public et architecture, questions de méthodes". *Lieux communs. Les cahiers de LAUA*. École d'architecture de Nantes, n.º 5, Dossier "Esthétiques populaires", pp. 103-119.
- SEGAUD, M., BRUN, J. e DRIANT, J.-C. (dir.). (2003): *Dictionnaire de l'habitat et du logement*. Paris: Armand Colin.
- TOPALOV, C. (dir.). (2002): *Les divisions de la ville*. Paris: Unesco/Maison des Sciences de l'Homme.
- TOUSSAINT, J.-Y. e ZIMMERMANN, M. (2002): "Des mots aux édifices, doctrine fonctionnaliste et pratique d'aménagement à la Part-Dieu". *Lieux communs. Les cahiers du LAUA*. École d'architecture de Nantes, n.º 6, Dossier "Lire et dire l'architecture", pp. 49-82.
- Urbanisme*, n.º 304, janv.-fév. 1999, Dossier "L'urbaniste". Publications d'architecture et d'urbanisme, pp. 42-92.
- VANONI, D. (1994): "La requalification urbaine en question". *Recherche sociale*, n.º 131. Dossier "Crise urbaine ou crise du discours sur la ville", FORS pp. 30-43.
- VIVIEN, E.-D. (2001): "Histoire d'un mot, histoire d'une idée: le développement durable à l'épreuve du temps", in Jollivet, M. (dir.), *Le développement durable, de l'utopie au concept, nature, science et société*. Paris: Elsevier, pp. 19-60.